

Projecto de Simulação Aplicado à Solicitadoria I

1.
Apresentação geral

2.
Objetivo geral

3.
Programa resumido

4.
Bibliografia principal

1.

Curso: Solicitadoria

Área/ Subárea: Direito / Direito Comum

Semestre: 5º Semestre

Carga horária: 4,5H

ECTS: 5

2.

A presente disciplina visa promover, aperfeiçoar e desenvolver junto dos alunos as ferramentas fundamentais para um melhor saber estudar.

Composta por diferentes e convergentes matérias, permite uma aproximação às rotinas e realidades da profissão, disponibilizando e exemplificando alguns dos expedientes e instrumentos jurídicos empregues pelos profissionais no desempenho das funções e consequentes competências atribuídas aos solicitadores.

Direccionada, primordialmente, para a vertente empresarial, reúne simultaneamente um conjunto de iniciativas capazes de abranger as necessidades e interesses das famílias e cidadãos.

3.

I. Breve abordagem à estrutura produtiva, comercial, industrial e empresarial

II. Sectores de produção

1. Ótica do investimento
2. Definição de Cashflow

III. Parâmetro para criação/ elaboração de rede de negócios

1. Instalação de um escritório de Solicitadoria
2. Investimentos e custos
3. Implicação no cálculo dos honorários

IV. Contratos de prestação de Serviços

1. Artigo 1154º do CC

2. Tipos de Contratos (mandato, depósito, empreitada e avença)

V. Contrato de avença

1. Estrutura
2. Características

VI.«Código» de conduta perante clientes e seus limites

1. Modos de abordagem e receção
2. Meios de divulgação dos Serviços
3. Princípio da prudência e causalidade adequada
4. Técnicas de apuramento da veracidade do discurso
5. Anamnese

VII. Tabela de Honorários

3. Forma de cálculo
4. Provisão de despesas
5. Nota discriminativa
6. Tabelas aplicadas a atos Notariais e Agentes de Execução
7. Portarias p/Honorários

Portaria 385/2014 – 16/4 ; Portaria 225/2013 – 10/06

**VIII. Citações e Notificações e outros
(Artº 219º a 259º do CPC)**

1. Citações
2. Notificações
3. Notificação Avulsas
4. Interpelação

IX. Contrato de arrendamento e seus regimes

1. RAU – Dec.Lei 321 -B/90 – 15/10; Dec.Lei 257/95 – 30/09; Portaria 1283/2003 – 13/11;
Portaria 982/2014 – 4/08 ; Revisão RAU – Lei 31/2012 – 14/08;
2. NRAU – Lei 6/2006 – 27/02; Dec.Lei 15/2006 – 8/08; Dec,Lei 157/2006 – 08/08 ;
Dec.Lei 158/2006 . 8/08; Dec.Lei 159/2006 – 8/08; Dec.Lei 160/2006 – 08/08; Dec. Lei
161/2006 – 08/08; Portaria 1192-A/2006 – 03/11; Portaria 1192-B/2006 – 3/11;
Lei 32/2012 – 14/08; Dec.Lei 226-B/2012 – 31/12; Dec.Lei 226-C/2012 – 31/12; Lei
79/2014 – 19/12; Lei 156/2015 – 10/08.
3. BNA – Balcão Nacional Arrendamento – Procedimento Especial de Despejo
Dec.Lei 1/2013 – 7/01; Portaria 9/2013 – 10/01
4. Elaboração contrato arrendamento urbano
5. Transição de Regimes de Arrendamento e processo de atualização de rendas

X. Meios Alternativos de Resolução de Litígios (RAL)

1. Regimes jurídicos da mediação civil e comercial, dos mediadores e da mediação pública
– Lei nº29/2013, de 19 de Abril
2. A Arbitragem – Leis 60/2011 – 6/5; 63/2011 – 14/12
3. Regime Jurídico dos Julgados de Paz, Lei nº778/2001, de 13 de Julho, com a redação
imposta pela Lei nº54/2013, de 31 de Julho
4. Tramitação simplificada dos processos nos Julgados de Paz

XI. Regime Jurídico da Constituição de Propriedade Horizontal – DL 268/94, de 25 de Outubro

1. O Regime da compropriedade – Artº 1403 e sgs do CC
2. A Divisão de Coisa Comum – Artº 1412º do CC
3. Partes comuns e sua Gestão – Artº 1430º e sgs do CC
4. O Condomínios

XII. Procedimento de Injunção – DL 269/98, de 1 de Setembro e alterações seguintes

1. Balcão Nacional das injunções
2. Vicissitudes do procedimento simplificado

XIII. Tratamento Legislativo

1. Leis preambulares
2. Análise lei preambular CIRE, DL nº53/2004, de 18 de Março
3. Regimes jurídicos da mediação civil e comercial, dos mediadores e da mediação pública – Lei nº29/2013, de 19 de Abril

XIV. Exercícios

1. Resolução de casos práticos

4.

Diplomas legais em vigor, incluindo a necessária legislação avulsa vigente.

NÃO SERVE PARA EFEITOS DE CERTIFICAÇÃO